



GRAVATAÍ HISTÓRICA



**cidade
histórica**





GRAVATAÍ HISTÓRICA



GRAVATAÍ HISTÓRICA

© 2021 Cidade Histórica

Organização e edição

Lucas de Oliveira Gonçalves

Textos

Tayane Pereira Silveira

Lucas de Oliveira Gonçalves

Sarah Wavginiak

Pesquisa

Tayane Pereira Silveira

Ilustrações e tratamento de imagens

Sarah Wavginiak

Fotos

Acervo do Museu Municipal Agostinho Martha

Acervo pessoal

Lucas de Oliveira Gonçalves

Sarah Wavginiak

Projeto gráfico e diagramação

Lucas de Oliveira Gonçalves

Revisão

Sarah Wavginiak

Tayane Pereira Silveira

Cidade Histórica

www.projetocidadehistorica.com.br

ola@projetocidadehistorica.com.br

Este trabalho está licenciado sob a Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional Creative Commons.

“Esse livro é dedicado à Rosângela Carneiro Bacelar, mãe da Sarah e “Tia das Rosas”, que passou a vida falando sobre preservar lugares e momentos. Obrigado por nos incentivar e por ser a pessoa mais doidinha que poderíamos ter em nossas vidas.”



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gravataí histórica [livro eletrônico] / [textos Tayane Pereira Silveira, Lucas de Oliveira Gonçalves, Sarah Wavginiak]. -- Gravataí, RS : Ed. dos Autores, 2021.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-00-36276-3

1. Cultura popular - Gravataí (RS) 2. Gravataí (RS) - Descrição 3. Gravataí (RS) - História 4. Gravataí (RS) - Usos e costumes 5. Patrimônio cultural - Gravataí (RS) 6. Patrimônio histórico - Gravataí (RS) I. Silveira, Tayane Pereira. II. Gonçalves, Lucas de Oliveira. III. Wavginiak, Sarah.

21-93616

CDD-981.062

Índices para catálogo sistemático:

1. Gravataí : Rio Grande do Sul : Estado : História
981.062

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Sumário

“Pensar o passado, para compreender o presente e idealizar o futuro.”

Heródoto (historiador e geógrafo grego)

Apresentação	9
História de Gravataí	11
O que é patrimônio?	14
Armazém do Anápio Gomes	16
Capela Santa Cruz	22
Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS)	26
Casa Paroquial	34
Casarão Dos Bina	38
Colégio Dom Feliciano	44
Escola Barbosa Rodrigues	50
Fonte do Forno	56
Morro do Itacolomi	62
Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca	68
Paróquia Nossa Senhora dos Anjos	74

Praça da Bíblia e Praça Dom Feliciano	80
Prefeitura Municipal de Gravataí	86
Quiosque da Cultura	90
Mapa de bens	96
Conheça nosso app	98
Agradecimentos	101
Referências bibliográficas	103
Equipe técnica	106

Apresentação

O quanto tu sabes sobre o passado da tua cidade? E o quanto conhece da história por trás dos locais onde cresceu, vive ou até mesmo frequenta diariamente? Caso estas questões façam algum sentido na tua cabeça e, assim como nós, tenhas o costume de reparar nos pequenos detalhes que formam o ambiente ao teu redor, esta publicação é inteiramente para você.

Fazendo parte de uma iniciativa denominada **Cidade Histórica**, esta obra tem como foco a história e a cultura local do município de Gravataí/RS, buscando instigar nas pessoas o conhecimento sobre seu o passado, assim como auxiliar na preservação e resgate do mesmo. A ideia é simples: sabe aquele lugar pelo qual você passa correndo todos os dias? Pois bem, ele pode ter uma longa e interessante história...

Acreditamos que os pontos históricos das cidades não recebem a devida atenção e importância por seus visitantes e moradores. Mesmo os municípios menores, que não possuem grandes pontos turísticos com ampla procura por visitação, têm

locais e monumentos de relevância para a memória e cultura da comunidade local, afinal, tudo tem uma história. Infelizmente, costuma ser comum informações desta espécie não estarem devidamente registradas em documentos, livros, museus e acervos públicos em geral, além de muitas vezes, estarem sob o conhecimento de poucos. Consequentemente, vemos dia após dia, a perda de patrimônio histórico e informações importantes referentes à formação e desenvolvimento do município.

Nesta publicação abordaremos alguns dos pontos históricos da cidade de Gravataí, ilustrados com arte original, trazendo um pouco do seu cenário patrimonial atual. Estes locais foram selecionados levando em consideração sua importância dentro do contexto em que estão inseridos, englobando desde grandes monumentos e marcos até pequenos símbolos, pois aqui o importante é o valor histórico e/ou cultural que eles simbolizam e não apenas seu tamanho e valor comercial e/ou turístico.

Convidamos a ti e a todos/as os/as demais curiosos/as de plantão, a conhecer um pedaço do passado de Gravataí através da história de alguns desses cantinhos que formam nossa cidade. É com muita alegria e satisfação que lhe apresentamos um dos principais produtos do nosso projeto: o livro **Gravataí Histórica**. Esperamos que goste. Boa leitura!

Equipe Cidade Histórica

História de Gravataí

Em 1750, Espanha e Portugal assinaram o Tratado de Madrid, pondo fim a disputas territoriais que já duravam séculos. Segundo o tratado, Portugal possuía a obrigação de devolver a Colônia de Sacramento, território português em meio à colônia espanhola; em troca, receberia os Sete Povos das Missões. Este tratado foi reforçado com a assinatura de outro documento, o Tratado de Santo Ildefonso (1777).

Estes tratados e acordos envolviam não apenas questões políticas entre dois países europeus; também afetavam a vida de milhares de indígenas guarani, que habitavam a região dos Sete Povos. Segundo as determinações estabelecidas em 1750, as populações indígenas deveriam abandonar o local; porém, estes se recusaram e se revoltaram contra Portugal e Espanha, gerando a Guerra Guaranítica (1753-1756). Um dos efeitos do conflito foi a fuga de uma grande quantidade de indígenas refugiados para território português, mais especificamente, ao redor do atual rio Santa Maria. Destes refugiados, estima-se que cerca de mil foram levados pelo Capitão Antônio Pinto de Carneiro para um território ao redor do Rio Gravataí,

O que é patrimônio?

Quando falamos sobre patrimônio, a primeira coisa que pode surgir em nossa mente é alguma construção de caráter arquitetônico, sendo provavelmente quase sempre alguma igreja. No entanto, a definição de Patrimônio Cultural vai muito além: bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Ou seja, Patrimônio Cultural é tudo aquilo que possui alguma relevância para a memória de uma comunidade, podendo ser sim construções arquitetônicas, mas também abrangendo monumentos, rios, costumes, danças, festas, etc.

O PATRIMÔNIO CULTURAL ESTÁ DIVIDIDO EM DOIS GRANDES GRUPOS: BENS MATERIAIS E BENS IMATERIAIS.

O Patrimônio Cultural Material trata-se de bens que podemos tocar e enxergar, podendo ser bens imóveis: cidades históricas, sítios arqueológicos, paisagísticos

e bens individuais como prédios e monumentos. Assim como podem ser bens móveis: coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

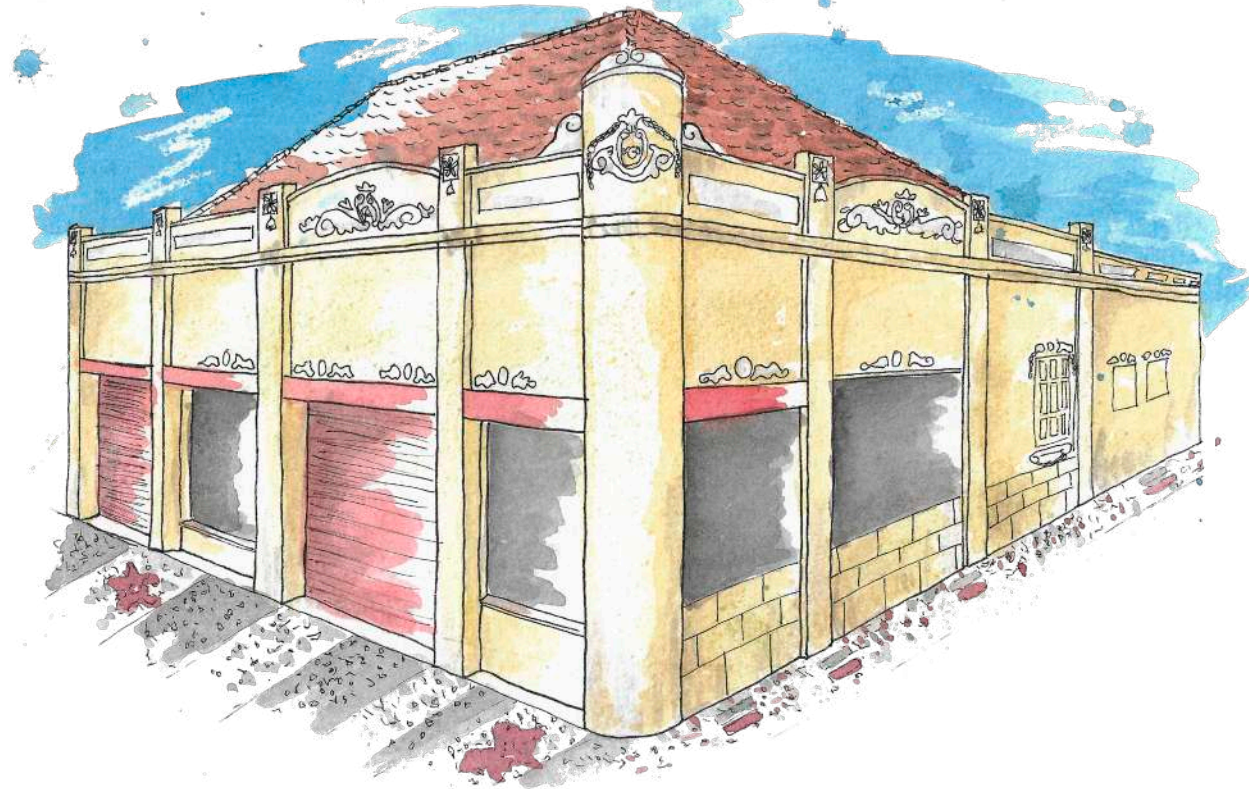
O Patrimônio Cultural Imaterial trata-se do que não podemos enxergar, mas que diz respeito às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, modo de fazer, celebrações, formas de expressões e práticas culturais coletivas.

Para algo ser considerado Patrimônio Cultural, não há necessidade de ser antigo, mas sim representar alguma importância para a sociedade onde se encontra, preservando assim a memória coletiva e a noção de identidade social.

Nesta publicação abordaremos apenas os bens de Patrimônio Cultural Material, tanto por motivos históricos quanto culturais, mas queremos salientar que muitas vezes, é apenas por causa da cultura e costumes do que não podemos tocar e enxergar, que os bens materiais acabam por existir.

Armazém do Anápio

Gomes



O prédio localizado na Av. José Loureiro da Silva, número 1378, que abriga a loja de calçados Gaston, originalmente foi um armazém de propriedade de Anápio Gomes, cujo brasão ainda pode ser visto na fachada.

Nascido em 29 de julho de 1895, Anápio Gomes era filho dos agricultores Adriano Gomes e Tomásia Gomes. Ingressou nas Forças Armadas em outubro de 1913, ascendendo a segundo-tenente em junho de 1920 e primeiro-tenente em janeiro de 1921. Seguiu carreira militar, sendo promovido a coronel em 1948.

Gomes teve papel importante em questões militares relacionadas à Segunda Guerra Mundial. Em agosto de 1944 passou a dirigir a Coordenação da Mobilização Econômica, órgão criado em

1942 para organizar a economia do país devido à guerra; ocupou esta posição até 1945, quando, devido ao fim do conflito, a Coordenação foi extinta. No mesmo ano, porém, o então coronel passou ao cargo de general-de-brigada intendente, integrando a Comissão de Planejamento Econômico do Conselho de Segurança Nacional.

Entre o final da década de 1940 e começo da década de 1950, Anápio Gomes foi diretor da Carteira de Exportação e Importação (Cexim) do Banco do Brasil. Foi nomeado presidente interino do Banco do Brasil por Getúlio Vargas em janeiro de 1953, sendo substituído em agosto de 1954 por Marcos de Sousa Dantas. Escreveu artigos e textos para revistas militares, a maioria abordando o serviço de intendência, economia de guerra e radiografia.

Além de militar, Gomes foi o principal acionista da empresa Deproqui-Produtos Químicos, Comércio e Indústria, sendo também membro do conselho consultivo da Companhia Fiat Lux de Fósforos de Segurança (a partir de 1972). Viria a falecer em 12 de outubro de 1979, no Rio de Janeiro.



detalhe no encontro da Av. José Loureiro da Silva
com a Rua Adolfo Inácio Barcelos (2021)



**vista frontal do prédio
pela Av. José Loureiro da Silva (2021)**

Capela Santa Cruz



A data original de sua construção é desconhecida, embora se saiba que foi erguida para guardar uma cruz feita pelos indígenas. A capela era um dos principais locais de expressão de fé do então povoado de Gravataí, mas, por volta de 1909, já se encontrava em um péssimo estado de conservação. A comunidade então se mobilizou para reformá-la, finalizando o trabalho no ano de 1944 e mantendo sua arquitetura original. Seu antigo sino foi emprestado à igreja Santa Isabel, no bairro Santa Cruz, permanecendo lá durante a década de 1980.

O historiador Jorge Rosa entrevistou, em meados dos anos 80, uma senhora chamada Antonina Gomes Canela que, à época, possuía mais de oitenta anos de idade. De acordo com a entrevistada, nos arredores da capela havia apenas uma imagem de Santa Bárbara; certo tempo depois, a santa teria se tornado padroeira de uma

pequena igreja.

Segundo a senhora Antonina, existia na primeira metade do século XX um grupo denominado Apostolado da Oração Coração de Jesus, sendo responsável pela catequização de crianças para a primeira comunhão. Antes da realização da cerimônia, as crianças iam até a Igreja Matriz para serem avaliadas pelo então cônego de Gravataí, Padre Pedro Wagner. Presidido por Maria Lessa, o grupo rezava o terço nos fins de semana. Nessa época, a capela ficava sob os cuidados da senhora Natalina Raupp; na década de 1980, sua filha Rute Raupp era a responsável pelo local, oficiando também o terço quando lhe era pedido.



vista frontal da capela (2020)

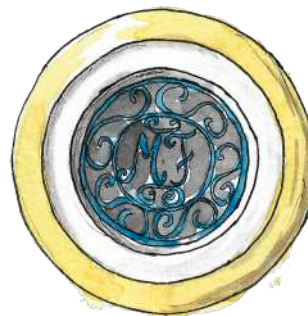


Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS)

A atual sede da Casa dos Açores do Rio Grande do Sul (CAERGS) ocupa o espaço inicialmente conhecido como Casarão dos Fonseca ou Solar das Magnólias. De estilo português, o casarão originalmente possuía janelas guilhotinadas no segundo andar e vitrôs redondos no térreo. Seu telhado é cercado por uma calha ligada a uma cisterna, que visa armazenar a água da chuva.

De acordo com o historiador Jorge Rosa, o terreno onde está localizado era originalmente de posse de padres jesuítas oriundos de Viamão, que, em data desconhecida (estima-se que tenha sido no começo do século XIX) haviam se mudado para a aldeia em companhia de alguns indígenas e, possivelmente, escravizados. Posteriormente, os religiosos deixaram o local e rumaram para a região

da Serra Gaúcha, deixando dois jesuítas idosos e alguns escravizados no terreno. Após um tempo, os padres que aqui ficaram comparam uma outra propriedade e libertaram os seus escravizados, deixando a propriedade original para eles; estes, depois de alguns anos, a venderam para outra pessoa, que instalou uma ferraria no espaço.



Foi o dono da ferraria quem vendeu o terreno para Manuel Rodrigues da Fonseca, que deu início à construção do casarão em 1877. A obra foi concluída por volta do ano de 1882 e abrigava a relojoaria de Manuel. Sem herdeiros, Manuel destinou a propriedade aos filhos de seu irmão Bernardino, Enedino e Euclides Fonseca. Enedino manteve uma das primeiras fábricas de sabão da cidade no espaço, no começo do século XX.

Embora a família logo houvesse se tornado uma das mais importantes da cidade, o casarão foi abandonado ao longo das décadas e quase foi derrubado na década de 2000; porém, foi restaurado por uma força de trabalho iniciada pela Casa dos Açores do Estado do

Rio Grande do Sul (CAERGS), que passou a utilizá-lo como sede para suas atividades. O prédio foi tombado como patrimônio histórico de Gravataí no ano de 2004, e, juntamente ao sobrado onde está instalado o Museu Municipal, é um dos únicos remanescentes do estilo em que foi construído.

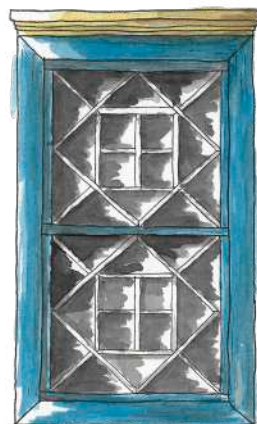


Atual prédio do CAERGS (2021)

Já a CAERGS começou a se desenvolver ainda nas décadas de 1980 e 1990, a partir de atividades culturais incentivadas pelo governo

da Região Autónoma dos Açores no Rio Grande do Sul. No início, um convênio da Prefeitura de Gravataí com o Instituto Cultural Português deu origem à chamada “Sala Açoriana”, responsável por promover eventos e festivais internacionais de folclore. Uma das instituições que costumava participar das atividades era o DCG Estância Província de São Pedro; neste espaço, surgiu a “Associação dos Amigos dos Açores”, que levaria ao surgimento da CAERGS em 23 de março de 2003.

Por suas raízes na imigração açoriana, o espaço hoje é dedicado a preservar o legado desta população, sediando e divulgando eventos relacionados à temática. Atualmente, a CAERGS cede seu espaço para reuniões dos Conselhos Municipais de Política Cultural e de Turismo e recebe visitas agendadas de diversas instituições de ensino. Por fim, cede seu espaço para a realização de diversos eventos culturais nas mais diversas áreas, sendo parceira cultural de municípios de origem açoriana nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.





CAERGS

938

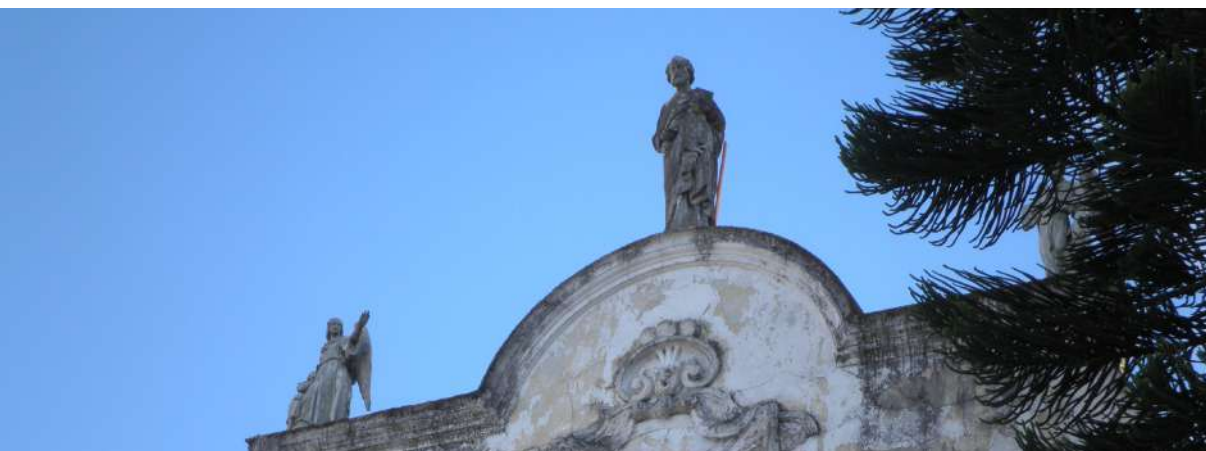
vista externa do casarão (2021)

Casa Paroquial



A casa paroquial foi construída em 1917 pelo então cônego do município, Padre Pedro Wagner. Tanto os nomes do padre quanto do sacristão à época, João Carmelino, foram inscritos nas paredes do altar durante sua construção. No mesmo terreno, existem vestígios do antigo cemitério da Aldeia.

Em 2013, o altar central da casa passou por um processo de restauração financiado pela comunidade religiosa. Atualmente, a construção da antiga casa paroquial, localizada ao lado da Igreja Matriz do município, encontra-se alugada abrigando um restaurante.



estátuas e detalhes do frontão (2013)



vista frontal do prédio,
que hoje abriga um restaurante (2021)

Casarão dos Bino



Datado de 1882, o prédio - também conhecido como “Morada do Sobrado” - possui estilo português e se localiza em uma propriedade de 40 hectares, outrora conhecida como Fazenda Alencastro. A propriedade originalmente pertencia a uma área muito maior de terra, de posse do militar gravataiense Joaquim Antônio de Alencastro. O terreno foi dividido em porções menores até que um pedaço foi vendido, em finais do século XIX, para Antônio Dias Fialho, também responsável pela construção do casarão. Após alguns anos, Fialho vendeu sua propriedade para Dario Barbosa, que, em 1937, a vendeu para Carlos Bina, cuja família a posse do terreno permanece até a atualidade.

O casarão foi construído com utilização de mão-de-obra escravizada e o principal material empregado foi madeira, extraída de um mato localizado próximo ao Arroio dos Ferreiros, a cerca de 3km

do local. Possui um pavimento principal, que servia de residência para os Fialho, e um porão, que fazia o papel de senzala para o grande número de escravizados utilizados pela família no cultivo agrícola, no trato com os animais e nas tarefas domésticas.

Até a década de 1980, o Casarão era utilizado pelos Bina como casa de férias, sendo também alugado para a filmagem de novelas (Champanhe, da Rede Globo), filmes (Noite, A Luta dos Pampas) e comerciais de televisão. Atualmente, o terreno abriga a Fundação Municipal do Meio Ambiente. Em janeiro de 2021, foi anunciada uma reforma completa do prédio.





registro exterior do casarão (2021)

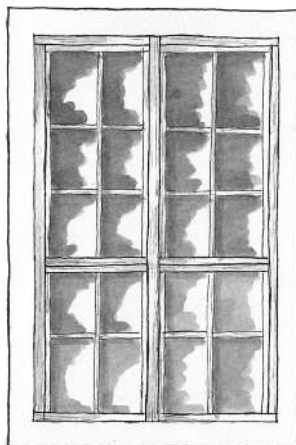
Colégio Dom Feliciano



O Colégio Dom Feliciano foi construído a pedido dos moradores de Gravataí nos primeiros anos do século XX. A solicitação foi feita diretamente à superiora-geral da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, sendo três irmãs enviadas de São Paulo para coordenarem a tarefa: Maria Gertrudes, Maria Matilde e Maria Marta.

Houve um esforço conjunto da comunidade para a arrecadação de fundos que visava financiar a construção do colégio, com a realização de festas e festivais beneficentes; enquanto o prédio próprio não era construído, foi cedido um espaço onde a escola primária começou a funcionar. Em 1926 as atividades da instituição tiveram início de fato, com a obtenção, por parte do Cônego Pedro Wagner, de um prédio próprio. A escola atendia às elites da cidade, em regime de internato e externato.

Em 1936, o espaço da escola começou a ser ampliado após a compra de um novo terreno e a construção de mais um prédio. A partir de 1939, houve nova ampliação do espaço para atender às demandas do Prefeito Ary Tubbs, que desejava a instalação de um curso ginasial na instituição. Assim, foi construído o prédio que se localiza ao lado da Igreja Matriz, inaugurado em 1942. De 1949 a 1951, se construiu uma capela, denominada Coração de Maria.



A instituição passou a oferecer em 1952 um curso normal, voltado à formação de professoras do ensino primário. A partir de 1963, começou a funcionar uma escola gratuita, voltada para alunos de baixa renda: a Escola Divina Providência. Em 1964 a instituição oferecia os cursos pré-primário, primário, ginasial, normal e de alfabetização de adultos, além da Escola Divina Providência. A partir de 1967, oferecia também cursos técnicos, como os de contabilidade, e profissionalizantes, como de datilografia e corte e costura; no ano seguinte, inaugurou-se um ginásio específico para

estes cursos, o Ginásio Orientado Para o Trabalho. No mesmo ano, a instituição forneceu um pedaço de seu espaço físico para que o Ginásio Estadual Professora Maria Josefina Becker pudesse funcionar.





ESCOLA NORMAL E GINÁSIO

DOM FELICIANO

Rua
Cónego Pedro
Wagner
888

Rua
Cónego Pedro
Wagner
888

Rua
Cónego Pedro
Wagner
888

vista externa da passarela

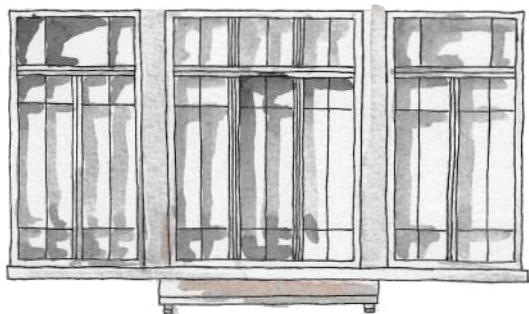
que liga os dois blocos do colégio (2014)

Escola Barbosa Rodrigues



Fundada em 22 de outubro de 1922, a Escola Barbosa Rodrigues é a instituição de ensino público mais antiga do município. Inicialmente conhecida como Grupo Escolar de Gravatahy, funcionava em um prédio alugado na então Praça Borges de Medeiros (atual Praça da Bíblia). Em 1928, sob a direção da professora Áurea Celi Barbosa, passou a se chamar Colégio Elementar de Gravataí; nesta época, atendia cerca de duzentos alunos, contando com uma equipe composta por quatro professores, três auxiliares e uma zeladora.

Em 1936, a escola ganhou um prédio próprio. Três anos depois, tornou-se Grupo Escolar de Gravataí, sendo dirigida pela professora Anita Peixoto Wallausen; em 1940, porém, recebeu a nomeação de Grupo Escolar Clemente Pinto. No mesmo ano, a professora Adelaide Pinto de Lima Linck assumiu o cargo de diretora.



O Grupo Escolar ganharia o nome Barbosa Rodrigues apenas em 1947, em homenagem ao botânico e engenheiro João Barbosa Rodrigues (1842-1909),

diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro por quase vinte anos. A partir de 1981, a instituição tornou-se Escola Estadual de 1º Grau Incompleto; cinco anos depois, passaria a ser Escola Estadual de 1º Grau (atual Ensino Fundamental).

O Ensino Médio seria introduzido em 1989, sendo, na época, ainda denominado 2º Grau. A então Escola Estadual de 1º e 2º Graus atendia por volta de 1200 alunos nos três turnos. A escola recebeu o nome atual, Colégio Estadual Barbosa Rodrigues, no ano 2000.

Ainda em funcionamento, a escola possui área de 4493m² e disponibiliza Ensinos Fundamental e Médio



(diurno e politécnico) e Atendimento Educacional Especializado, além de curso técnico na área de Administração. Em 2017, a escola abrigava 1,2 mil alunos, distribuídos nos turnos da manhã, tarde e noite.



**detalhe do frontão do entrada
(acervo do Museu Municipal)**



vista exterior do colégio pela
Av. José Loureiro da Silva (2021)

Fonte do Forno

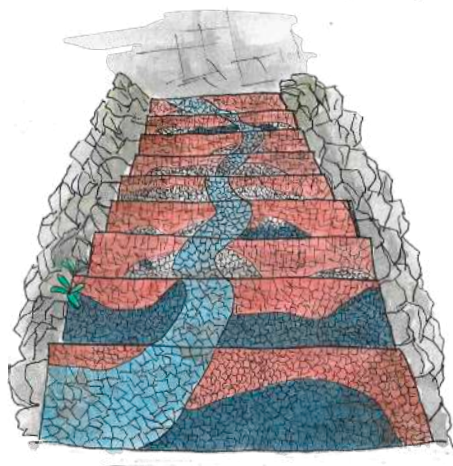


De acordo com o historiador Jorge Rosa, a Fonte do Forno recebeu este nome devido a seu formato semelhante a um antigo forno de barro, o qual foi pensado para evitar que os animais se aproximassem para beber de sua água. O local era utilizado pela população para recolhimento de água potável, em uma época onde o abastecimento era precário.

Sua história começa no final do ano de 1861, quando a Câmara de Vereadores de Porto Alegre planejou a construção de duas fontes na então Aldeia dos Anjos. No orçamento das obras, constava a compra de cal, areia e tijolos para construir as fontes com uma abóbada, dando-lhe a aparência de forno. Além disso, deveriam ser feitas cancelas de ferro para evitar os animais. A obra, porém, só foi finalizada em 1868; segundo a tradição oral, o responsável pela construção da abóbada foi o famoso pedreiro Mestre Augusto, sob

ordens do Coronel Fonseca. Costumava-se dizer que as pessoas que bebiam a água da fonte jamais deixariam Gravataí, o que levava muitos a recolherem sua água para dar-lhe de beber às pessoas amadas.

A estrutura da fonte persiste, tendo sido tombada como Patrimônio Histórico de Gravataí pelo Decreto nº 7048, de 21 de julho de 2005. Ela se localiza na Rua Nossa Senhora dos Anjos, esquina com Engenheiro José Marques Barreto Viana.



**escada que leva até a fonte,
com mosaicos representado a água (2021)**



registro frontal da fonte (2021)

Morro Itacolomi



Também conhecido como Pico do Itacolomi, o Morro Itacolomi é composto por arenito e possui cerca de 320m de altura. É um dos mais importantes símbolos de Gravataí, fazendo parte do brasão municipal. O Morro pode ser visto de boa parte das cidades vizinhas, estando localizado a cerca de 12 km do centro da cidade; seu entorno é composto por uma mata bastante densa, com fauna e flora comuns ao bioma Mata Atlântica.

O nome “Itacolomi” possui origem tupi, significando “menino de pedra” (ita = pedra; kunumĩ = menino). De acordo com a Lei nº 558 de 9 de setembro de 1964, a presença do morro no brasão municipal está relacionada com seu destaque na paisagem e o fato de ter dado nome à sesmaria onde a então Aldeia dos Anjos foi instalada: Nossa Senhora dos Anjos de Itacolomi.

O Morro também teria sido palco da primeira escalada

empreendida no Rio Grande do Sul, no ano de 1953. O grupo liderado pelos escaladores Edgar Kittelmann e Heitor Cony alcançou, neste ano, o topo do Pico dos Gravatás a partir da via sul, que leva até o cume do Morro.

Em 2004, o projeto de Lei Nº 149/2003 declarou o Morro do Itacolomi como Patrimônio Cultural Gaúcho.



a popular "pedra dos cachorrinhos"
(acervo do Museu Municipal)



registro lateral do morro
(acervo do Museu Municipal)



**vista geral do morro
(acervo do Museu Municipal)**



Museu Municipal Agostinho Martha e

Arquivo Histórico Municipal

Antônio Soares da Fonseca

O Museu Municipal Agostinho Martha é um órgão da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, sendo inicialmente um projeto do vereador Danilo Ângelo Pellizzoni, foi criado pela Lei municipal nº 1217 de 30 de julho de 1974. Foi implantado e organizado pelo pesquisador Jorge Rosa, sendo inaugurado durante a gestão de Ely Francisco Corrêa, através do Decreto nº 1167 de 15 de julho de 1981. Seu nome é uma homenagem ao pesquisador Agostinho Martha, que se dedicou ao estudo da história de Gravataí.

Inicialmente instalado na Rua Dr. Luiz Bastos do Prado, 1610, foi transferido oficialmente para a atual sede, um sobrado em estilo

colonial português de meados do século XIX, em 6 de setembro de 1985. O sobrado foi construído pelo casal Antônio Pinto Lemos e Felicidade Rosa de Lemos em 1826 e abrigou uma atafona, sendo local de produção de um dos principais produtos econômicos do município durante o século XIX, a farinha de mandioca.

Na época em que foi inaugurado, o museu abrigava por volta de 600 itens antigos relacionados à história do município, tais como moedas, cédulas, documentos, fotografias, móveis e outros objetos.

Em 1997, um incêndio consumiu cerca de metade do acervo original. Enquanto o prédio era restaurado após o incêndio, o museu passou a operar na Avenida José Loureiro da Silva, nº 1360; depois, para a Avenida Coronel Sarmento, nº 1222, e, enfim, para um prédio ao lado do antigo Cine Teatro, na esquina entre as ruas Antônio Donga e Adolfo Inácio Barcelos. Com o objetivo de recuperar a instituição, a extinta Fundação Municipal de Arte e Cultura (Fundarc) realizou a campanha “Museu Presente”.



O museu retornou à sua localização original em 2009. A maioria dos objetos que compõem o acervo do museu se refere a elementos da história colonial da região, - como artefatos relacionados à produção de itens alimentícios, bebidas e roupas -, à trajetória de seu patrono, o historiador Agostinho Martha, e à história da Escola Dom Feliciano. Todavia, o museu foi fechado novamente em 2019 devido a problemas estruturais.

Além do museu, o prédio também abriga o Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca. Inaugurado em 22 de abril de 1991, o arquivo foi criado devido à Lei Municipal 413, datada de 18 de abril de 1989. Seu objetivo é o de reunir, conservar e preservar documentos, fotografias e similares relacionados à história do município que possam servir como fontes de pesquisa histórica.

O patrono do arquivo nasceu em Gravataí, em 17 de janeiro de 1908, tendo falecido também em Gravataí, no dia 17 de novembro de 1995. Trabalhou no comércio do município e como cobrador de pedágio durante a construção da faixa Gravataí/Porto Alegre.



**vista frontal do prédio, que hoje abriga o museu a esquerda
e o arquivo a direita (2021)**



Paróquia Nossa Senhora dos Anjos

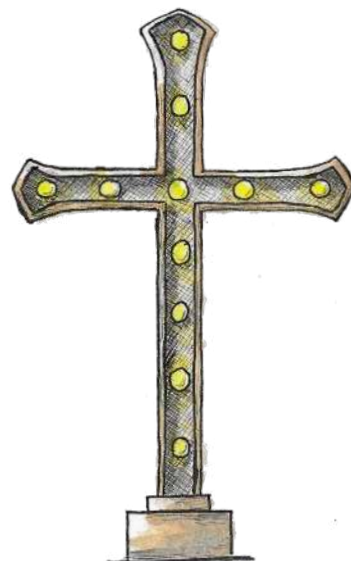
A Igreja Matriz atual foi construída a partir de 1855. Antes dela, as celebrações religiosas eram feitas em Viamão, pois a então aldeia não possuía uma capela própria. As primeiras capelas foram construídas em finais do século XVIII, de forma rudimentar; um prédio mais estruturado, dotado de altar, foi erguido em 1774 no espaço ocupado pela atual matriz.

A construção da igreja foi financiada pela população da Aldeia, que conseguiu, através da assinatura de um compromisso formal, arrecadar 15 contos de réis; que em uma conversão hipotética para o real seria algo como R\$ 1.845.000 atualmente. O então presidente da província do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansção de Sinimbu, contratou Manoel Fialho de Vargas Filho para realizar

a construção do prédio, que deveria ter “[...] as dimensões de 198 palmos de comprimento e 56 de largura, com duas torres laterais”, sendo de “[...] sólida construção de pedra e cal”.

Em 1858, porém, uma comissão de engenheiros examinou a obra e encontrou diversos problemas, que acabaram por levar Fialho de Vargas à justiça. A construção foi interrompida em 1859 e permaneceu abandonada por décadas. Estima-se que, desde o começo da obra até sua interrupção, já haviam sido gastos 25 contos de réis (especula-se um valor como R\$ 3.075.000 aproximadamente).

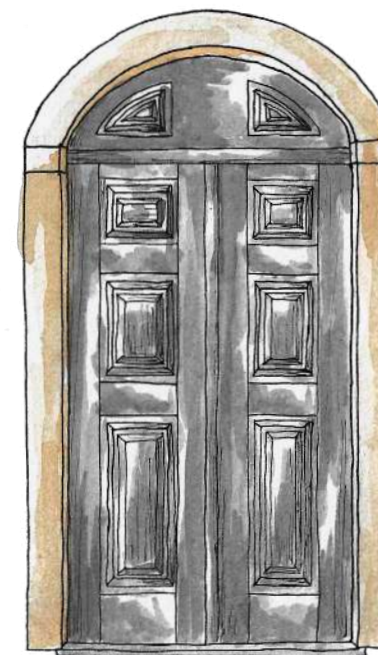
A situação apenas se modificou a partir de 1871, quando o Padre José de Vargas de Andrade Filho assumiu o posto de vigário da Aldeia. Ele foi o responsável por enviar uma carta ao presidente João Dias de Castro, pedindo que a obra fosse finalizada. Naquela altura, as condições físicas da igreja estavam bastante deterioradas e as torres nunca haviam sido



concluídas.

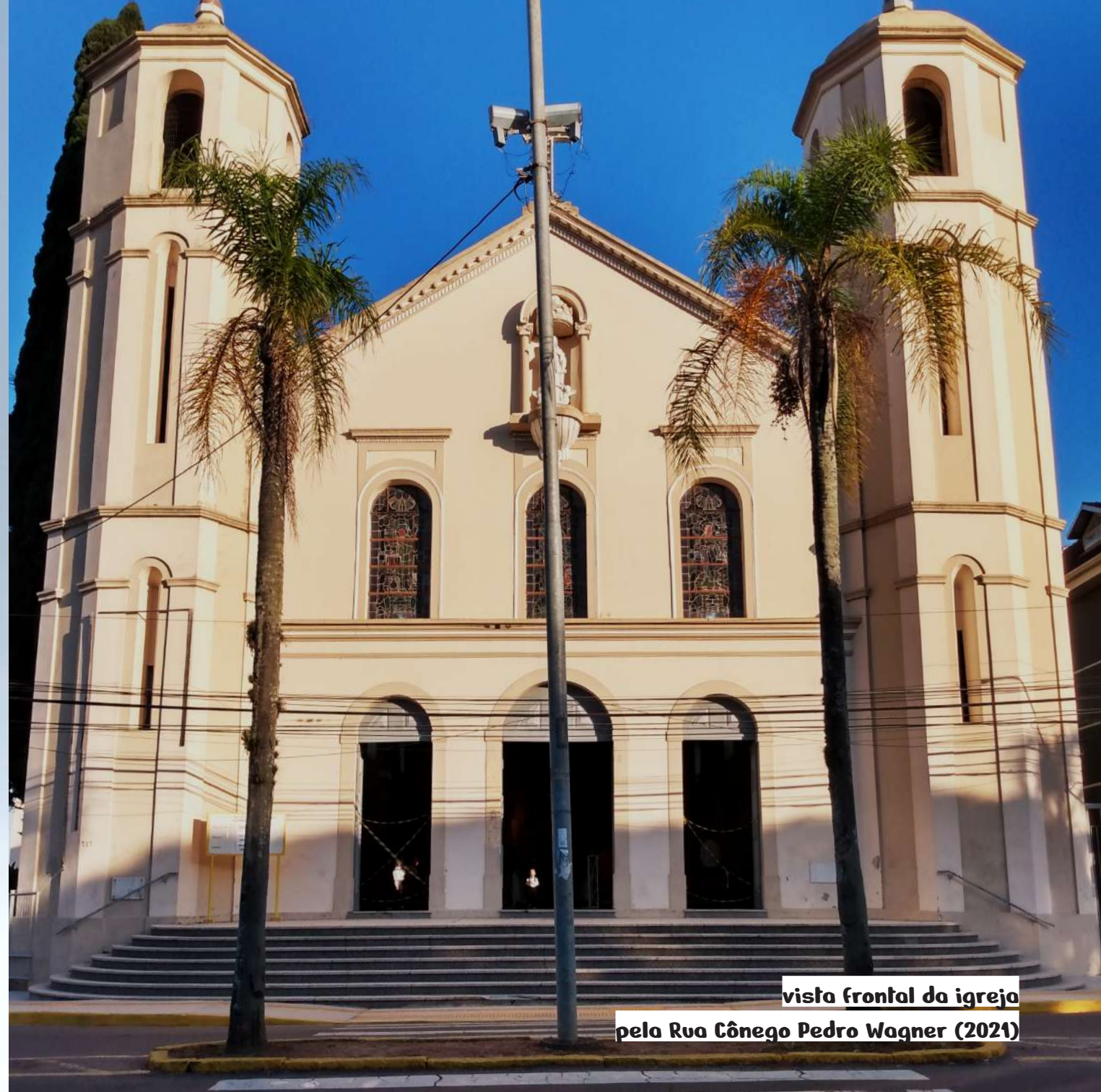
Sabe-se que o presidente enviou um engenheiro para avaliar a situação da construção, mas registros de 1883 apontam que a igreja permanecia em ruínas. Apenas entre 1887 e 1888 ocorreu o início da finalização da igreja, com a contratação de João Cariboni.

A partir de 2012, teve início o processo de restauro da igreja, finalizado em 2019.





torre do sino (2019)



vista frontal da igreja
pela Rua Cônego Pedro Wagner (2021)

Praça da Bíblia e Praça Dom Feliciano

O esforço para a urbanização da Aldeia começou logo em seus primeiros anos de existência. A primeira iniciativa ocorreu quando José Marcelino de Figueiredo assumiu o cargo de presidente da Província, no ano de 1769. Em 1774, quando as obras da primeira igreja de Gravataí tiveram início, também foram implantadas medidas para a organização urbanística da então Vila; desta forma, surgiu uma praça central, em frente ao local onde a igreja matriz estava sendo construída.

Na década de 1920, a Rua Osvaldo Aranha (conhecida também como Rua da Rodoviária) foi aberta, o que fez com que a antiga praça se transformasse em duas. A localizada em frente à Prefeitura Municipal foi chamada de Praça Borges de Medeiros, em homenagem

ao então Presidente do Rio Grande do Sul; a Praça Dom Feliciano, que fica em frente à Igreja Matriz, lembra o bispo de mesmo nome. Na década seguinte, no ano de 1932, elas foram ampliadas durante a gestão do Prefeito José Loureiro da Silva.

Desde então, as duas praças ocupam posição de destaque no centro da cidade, sendo rodeadas pelos prédios do Colégio Dom Feliciano, da Igreja Matriz, da Prefeitura Municipal, dentre outros.

Em 2016, a praça Borges de Medeiros teve o nome modificado para Praça da Bíblia através do projeto de Lei nº 0077/2015.



**eixo centro da Praça Dom Feliciano, onde é possível enxergar
o busto de Dom Feliciano e a Igreja Matriz ao fundo (2014)**



espaço central da Praça da Bíblia (2021)



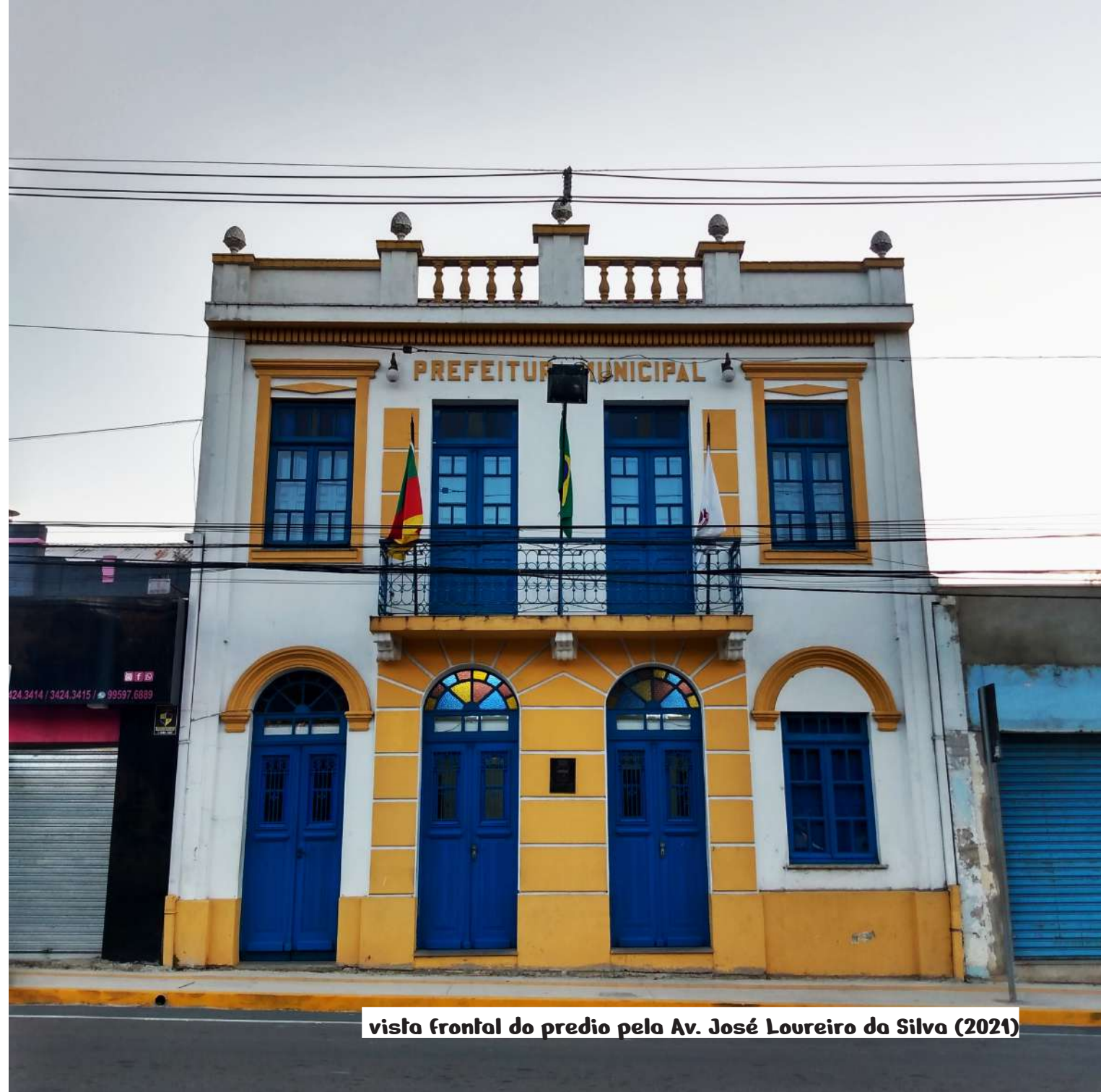
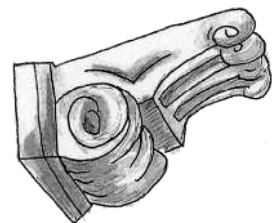
Prefeitura Municipal de Gravataí

O prédio da Prefeitura Municipal de Gravataí foi inicialmente adquirido no final do século XIX, com o objetivo de ser sede da antiga Intendência Municipal. Foi construído com elementos do estilo arquitetônico neoclássico e moderno, sendo que seu interior não possui mais nenhuma das características originais.

Em seu térreo, antigamente, funcionava um estabelecimento comercial além da intendência, enquanto em seu terraço havia um espaço residencial. Em 1996, o prédio passou por um processo de reforma, que devolveu à fachada seus elementos originais.

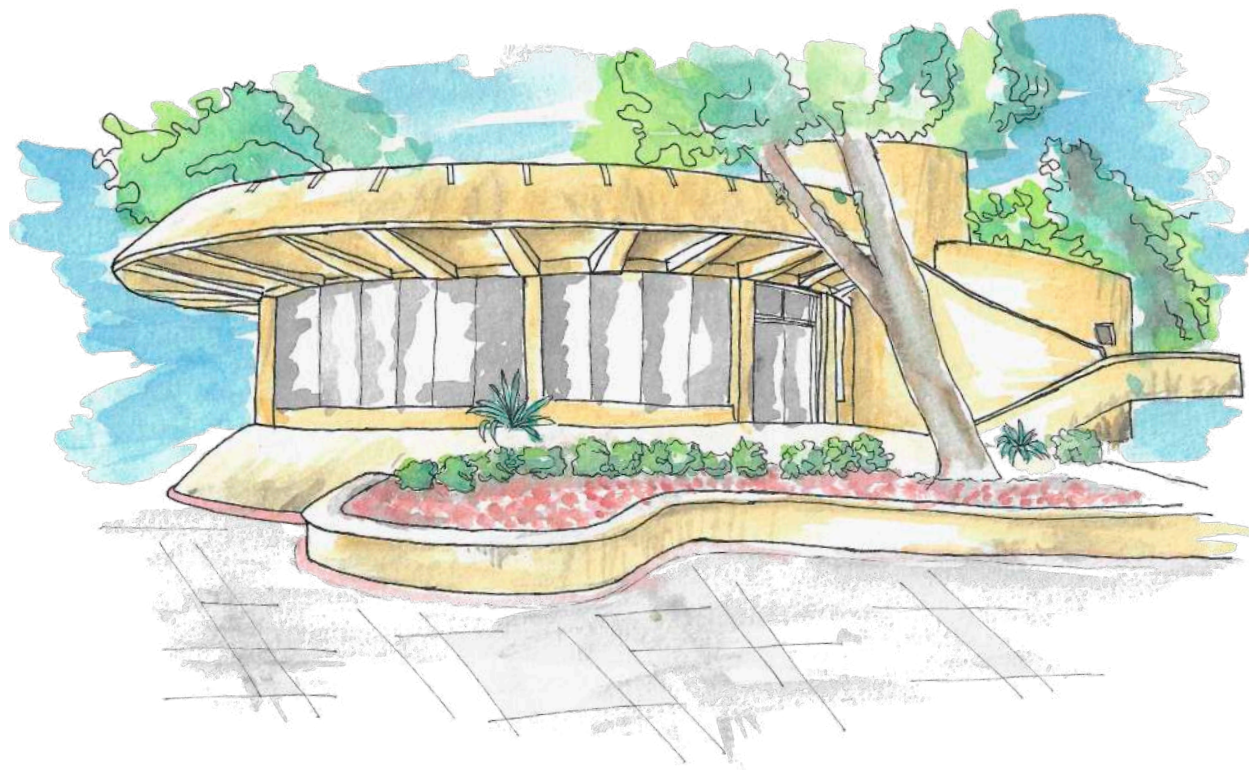


**detalhe das portas
com bandeiras (2021)**



vista frontal do predio pela Av. José Loureiro da Silva (2021)

Quiosque da Cultura



Na década de 70, na gestão do Prefeito Dorival Cândido Luz de Oliveira, foi quando se originou o prédio do atual Quiosque da Cultura. À partir da Lei Ordinária nº 1135 de 16 de agosto de 1973, foi aberta uma concorrência pública para construção e concessão de uso de um quiosque destinado a bar e lancheria e dotado de sanitários públicos, localizado no centro de Gravataí na então Praça Marechal Floriano, anteriormente também chamada Praça Daltro Filho, e atualmente, Praça Eng. Leonel de Moura Brizola (popular Praça do Quiosque).

Conforme estipulado, o vencedor da concorrência arcou com as despesas da construção e como compensação recebeu a concessão de sua exploração econômica pelo prazo de vinte anos, isento de imposto sobre o imóvel. O prédio abrigou o bar que funcionou por muitos anos no local.

Retomado pelo município, após algum tempo inoperante, o

quiosque foi reaberto em 2011 como um espaço público cultural, sendo gerido pela extinta Fundação Municipal de Arte e Cultura (Fundarc). No ano seguinte, a Lei Ordinária nº 3179 de 05 de março de 2012, denominou o prédio como “Quiosque da Cultura”.

Atualmente administrado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, o quiosque recebe atividades diversas, como exposições de artes visuais, saraus, eventos musicais, teatrais, encontros de leitura, RPG, entre outros. Também como parte de sua programação, oferece oficinas de arte gratuitas e ações educativas, para escolas e comunidade. Hoje é considerado um referencial de arte e cultura da cidade, oferecendo acesso cultural gratuito ao público em geral.

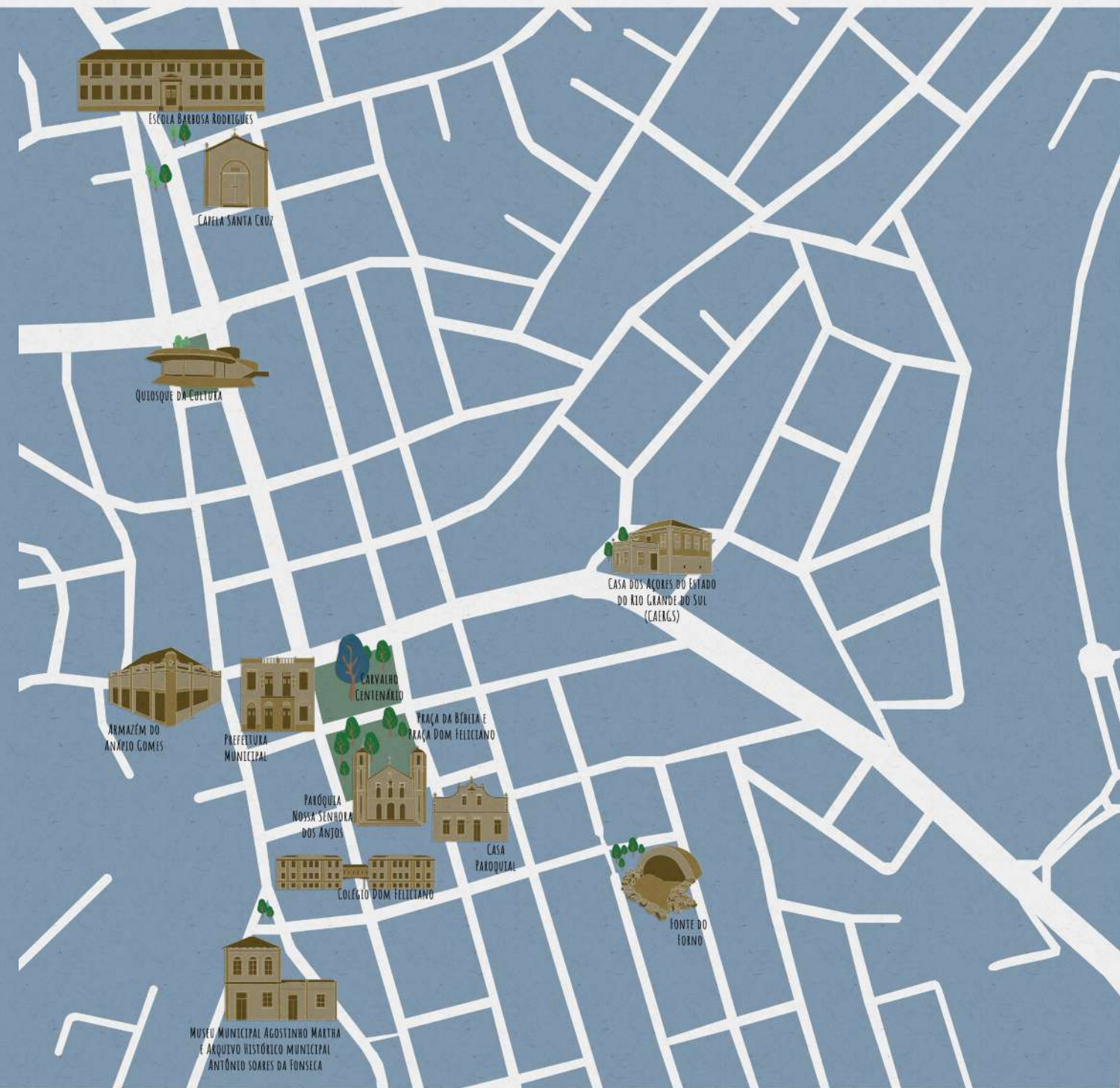




visto do Quiosque pela Rua Anápio Gomes (2021)

Mapa de bens

centro de Gravataí



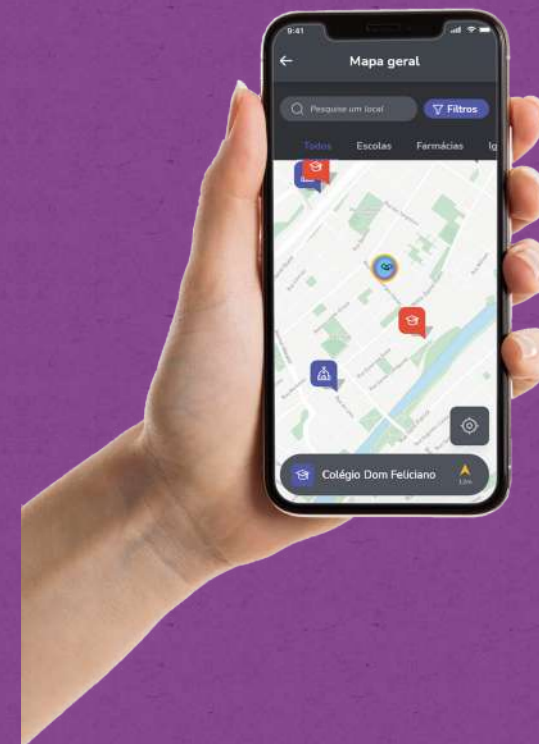
Conheça nosso app

Gostou de saber um pouquinho mais sobre a história de nossa cidade? São muitos os locais e monumentos que compõem o patrimônio histórico do município onde vivemos, não é mesmo? Nesta publicação abordamos apenas alguns dos principais, porém o resultado de nossa pesquisa nos trouxe vários outros, tão importantes quanto. Com o intuito de registrar e mapear o máximo possível destes pontos, nós do Cidade Histórica, trabalhamos em um outro produto homônimo, que também faz parte desta iniciativa: o aplicativo **Cidade Histórica**.

O aplicativo mobile para a plataforma Android, tem como funcionalidade principal o reconhecimento de pontos históricos da cidade através de recursos de geolocalização. Em resumo, o app deve notificar o usuário quando o mesmo estiver fisicamente próximo a um dos pontos pré-cadastrados, exibindo um breve histórico a respeito de cada localidade. Através do aplicativo é possível obter informações de qualidade sobre estes pontos pré-determinados em uma tela personalizada com

fotos e ilustrações originais, realizar check-ins durante visitação aos locais, visualizar recomendações de pontos históricos aproximados através de mapas, dentre outras funcionalidades. É previsto também que o usuário possa indicar novos locais, estes que deverão passar por moderação e curadoria da nossa equipe.

Achou interessante? Te convidamos a estender sua experiência adquirida neste livro, redescobrimo e explorando a cidade com o nosso aplicativo, disponível gratuitamente na plataforma Google Play para todos os usuários do sistema operacional Android. Baixe e conheça!



Agradecimentos

A equipe do Cidade Histórica agradece a todos/as que em algum momento contribuíram com este projeto. Seja através de incentivo ou de participações mais diretas, somos gratos àqueles/as que, de sua maneira, se dispuseram a apoiar e a acreditar em nosso trabalho. Ficam aqui registrados nossos mais sinceros agradecimentos a todos/as, em especial àqueles/as que desde o princípio facilitaram nossa caminhada nessa aventura. O nosso muito obrigado! ♥

Bruno Rafael Souza de Souza

Edemar Costa Oliveira

Elisabete Von Borowski

Enzo Moraes Vaghetti

Gilberto Rodrigues de Matos

José Renato Santos Silveira

Krsnananda Andrade Nunes

Larissa dos Santos Nunes

Mari Velleda Ribeiro

Maria Inês Guilloux Leal

Roselia Beatriz Ferreira de Oliveira

Simone Majerkovski Custódio

Conhecemos em nossas saídas de campo:

Daniel (Cemitério Municipal da Santa Tecla)

Gilberto (Casarão dos Bina)

Lúcia e Viviane (CAERGS)

Marli (Capela de Santa Tecla)

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em 15 nov. 2021.
- BARROSO, Vera Lúcia Maciel; JACHEMET, Célia Silva. (orgs.) *Raízes de Gravataí: memória, história e cidadania*. Porto Alegre: Evangraf, 2011. 4 vol.
- BRIDI, Teresinha. et. al (orgs). *Gravataí: do Êxodo à Composição Étnica. / ANAIS do II Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense*. Gravataí: SMEC/Evangraf, 1990.
- _____. *Gravataí: História e cultura / ANAIS do I Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense*. Gravataí: SMEC/Evangraf, 1987.
- DINIZ, Bruno. *Conversão hipotética dos réis para o real*. Diniz Numismática. 14 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- FRANÇA, Anderson D’Onofrio. *História, Cultura e Patrimônio*. H C P. Disponível em: <<https://historiaculturaepatrimonio.blogspot.com/search/label/Patrim%C3%B4nio%20Cultural>>. Acesso em 14 nov. 2021.

GABINETE do Deputado Sérgio Stasinski (PT). **Gravataí 241 anos: Qualidade de Vida e Pólo Turístico**. Porto Alegre, 2004.

GRAVATAÍ: o que fazer. Turismo no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.turismo.rs.gov.br/oquefazer/142/gravatai>>. Acesso em 14 nov. 2021.

GRAVATAÍ/RS. Lei Ordinária nº 558/1964 de 09 de setembro de 1964. **Adota e define o Símbolo do Município**.

GRAVATAÍ/RS. Lei Ordinária nº 1135/1973 de 16 de Agosto de 1973. **Autoriza concorrência pública para construção e concessão de uso de um quiosque na Praça Marechal Floriano**.

GRAVATAÍ/RS. Lei Ordinária nº 3179/2012 de 05 de Março de 2012. **Denomina Quiosque da Cultura, o Quiosque situado à Praça Engº. Leonel de Moura Brizola no município de Gravataí - RS**.

LEAL, Maria Inês Guilloux. **Histórico da Escola. Relatório de estágio curricular**. Gravataí, 2005.

MARIOT, Ana Maria Soares. A arquitetura rural de Gravataí no século XIX: um estudo de caso. IN: BRIDI, Teresinha et. al (orgs). **Gravataí: História e cultura / ANAIS do I Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense**. Gravataí: SMEC/Evangraf, 1987 p. 148-149.

MEDEIRO, Odilei. **Morro do Itacolomi é declarado Patrimônio Cultural no RS**. 360 Graus, 2004. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20130531072651/http://360graus.terra.com.br/ecologia/default.asp?did=10074&action=news#>>. Acesso em 15 nov. 2021.

MUSEU Municipal Agostinho Martha. [2012] . 1 banner, color.

RIGHI, Graziane Ortiz. **A radicalização do PTB no período pré-golpe: um estudo de caso da Câmara Municipal de Vereadores de Gravataí**. Trabalho de conclusão de curso de graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2011

ROSA, Jorge. **História de Gravataí**. Porto Alegre: Edigal, 1987.

TURISMO - História de Gravataí. Câmara Municipal de Gravataí. s.d. Disponível em: <<http://www.cmgravatai.rs.gov.br/historia/turismo-3>>. Acesso em 14 nov. 2021.

Equipe Técnica



Lucas de Oliveira Gonçalves é o idealizador do projeto Cidade Histórica, que teve como origem seu trabalho de conclusão de curso da graduação. Formado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela ULBRA, já atuou como desenvolvedor e web designer, contribuindo nos últimos anos com diversos projetos de tecnologia. Atualmente é pós-graduando em User Experience e trabalha voltado ao UX/UI design na PUCRS, em Porto Alegre.

No campo artístico, fez parte da Banda Musical da Escola Municipal Santa Rita de Cássia, contribui em exposições abertas à participação geral no Quiosque da Cultura e com collabs de ilustradores na internet sempre que possível. Mais recentemente, teve uma charge entre as artes finalistas do prêmio “12º Salão de Humor” no Piauí.



Sarah Waviniak é estudante no final do curso de Arquitetura e Urbanismo, possui uma grande ligação com patrimônio e atualmente realiza um estágio na Coordenação de Patrimônio do Município de São Leopoldo.

Em Gravataí já participou em exposições abertas no Quiosque da Cultura, onde também realizou uma exposição com o coletivo aCORde por meio do Prêmio Dana 2016, além de ter participado do Festil quando ainda era realizado no CineTeatro.

Tentando manter uma conexão entre os hobbies favoritos e o gosto por projetos novos, Sarah atualmente é responsável por contar um pouco da arquitetura da cidade de Porto Alegre no Instagram do @archpoa e exibe suas ilustrações no @mizulandia.



Tayane Pereira Silveira é licenciada e bacharel em História pela UFRGS, tendo atuado como professora em projetos do Curso Pré-Vestibular Popular Liberato e do Colégio de Aplicação da UFRGS, e na área de pesquisa histórica no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS), em Porto Alegre.

Em conjunto com a história, Tayane é bastante próxima do campo artístico. Fez parte projeto aCORde, um dos ganhadores do Prêmio DANA de 2016, e é participante habitual em colaborações de ilustradores pela internet.

Projeto contemplado e financiado com recursos da Lei Federal 14.017/2020

- Lei Aldir Blanc em Gravataí/RS



SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

MINISTÉRIO DO TURISMO



SMCEL
SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, ESPORTES E LAZER



1ª edição novembro de 2021

tipografias Nunito e Nerko One



www.projetocidadehistorica.com.br





**cidade
histórica**

www.projetocidadehistorica.com.br

